ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)

Rafael Paiva de Oliveira

OS ESFORÇOS DO BRASIL PARA SE TORNAR MEMBRO PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SEUS REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Resende

2017

Rafael Paiva de Oliveira

OS ESFORÇOS DO BRASIL PARA SE TORNAR MEMBRO PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SEUS REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Major QCO Walfredo Bento Ferreira Neto.

Resende

2017

Rafael Paiva de Oliveira

OS ESFORÇOS DO BRASIL PARA SE TORNAR MEMBRO PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SEUS REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Major QCO Walfredo Bento Ferreira Neto.

COMISSÃO AVALIADORA

_____

Walfredo Bento Ferreira Neto - Maj QCO

Orientador

_____

_____

Resende

2017

Aos cadetes que se interessam pelo estudo das Relações Internacionais e acreditam na sua

importância para sociedade e para carreira do futuro oficial do Exército Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu viver esse momento de conclusão de curso na AMAN.

À minha família que sempre me apoiou e me deu forças nos momentos difíceis dessa longa jornada.

Ao meu professor da cadeira de Relações Internacionais Major Walfredo, orientador do meu trabalho, que teve a paciência para me auxiliar na conclusão dessa monografia.

A todos professores, instrutores e monitores que ao longo desses cinco anos me ensinaram e me deram ferramentas para conseguir conquistar a espada símbolo do oficialato.

Aos meus amigos e em especial ao Sargento Josué que me incentivou a voltar aos estudos que me trouxeram à Academia Militar das Agulhas Negras.

RESUMO

DE OLIVEIRA, Rafael Paiva. **Os esforços do Brasil para se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e seus reflexos para o Exército Brasileiro**. Resende: AMAN, 2017. Monografia.

A presente pesquisa visa identificar os reflexos da busca do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para o Exército Brasileiro. Desde a criação do primeiro órgão de segurança coletiva internacional – a Liga das Nações – o Brasil manteve-se disposto a não só ajudar na fundação e consolidação dos organismos internacionais que se sucederam e sim a também integrar de forma mais atuante e importante essas entidades. Como órgão de segurança, a ONU requer um contingente militar e em sua composição países que tenham força e influência no cenário internacional, para fazer cumprir as suas decisões e sanções. A busca desses princípios norteou a formação dos membros permanentes ao final da Segunda Guerra Mundial, trazendo importantes países da época a ocuparem os assentos permanentes do Conselho. Porém a constante mudança na arquitetura do cenário político global trouxe à baila questionamentos da estrutura do Conselho de Segurança. Com isso, mudanças são buscadas e diversas nações anseiam por uma maior representatividade a partir de uma reforma no órgão. No caminho pela conquista do assento permanente no Conselho de Segurança o Estado brasileiro assumiu compromissos, organizou-se diplomaticamente e militarmente, a fim de atender às demandas exigidas pela entidade e os países que compõe determinado Conselho. Nesse contexto, o trabalho buscou apresentar o momento histórico em que foi formado o órgão deliberativo, sua estrutura e funcionamento, assim como as ações realizadas pelo Brasil para conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança e suas consequências para o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Conselho de Segurança da ONU. Reforma. Reflexos. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

DE OLIVEIRA, Rafael Paiva. **Brazil's efforts to become a permanente member of the UN Security Council and its outcomes for the Brazilian Army**. Resende: AMAN, 2017. Monografia.

The purpose of this research is to identify the outcomes of Brazil's pursuit for its permanent membership in the United Nations Security Council for the Brazilian Army. Since the creation of the first intergovernmental collective security organization - The League of Nations – Brazil has remained willing not only to help by founding and consolidating international organizations, but also integrating these institutions in a more active and significant way. As a security organization, the United Nations requires a military contingent in its structure as well as countries that have power and influence in the international community in order to enforce the UN's decisions and sanctions. At the end of World War II, the search for those objectives guided the establishment of the permanent members for the United Nations Security Council by bringing important countries at the time. However, the constant change in the global political scenario had brought some structural instability for the UN Security Council. Thus, changes are necessary and several nations yearn for greater representativeness through a possible reform in the council. In order to earn a United Nations Security Council permanent membership, the Brazilian government made some commitments. It has organized diplomatically and militarily to meet the demands required by the entity and the countries that compose the Council. Therefore, this research aspire to present the historical moment in which the deliberative council was formed, its structure and functioning, as well as the actions carried out by the Brazilian government to obtain the permanent membership by creating defense documents and dissemination of the importance when it comes to defense mentality in Brazil.

Keywords: UN Security Council. Reform. Outcomes. Brazilian Army

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO..... 13
3 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)..... 14
4 MEMBROS PERMANENTES DO CSNU..... 21
5 BRASIL E A BUSCA PELA CONDIÇÃO DE MEMBRO PERMANENTE NO CSNU..... 23
6 REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO DECORRENTES DOS ESFORÇOS NA BUSCA PELO ASSENTO PERMANENTE DAS NAÇÕES UNIDAS..... 34
7 SOCIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO DE DEFESA NACIONAL..... 44
8 CONCLUSÃO 46
REFERÊNCIAS 49

1 INTRODUÇÃO

Um olhar não muito atento também não deixaria de observar a quantidade de mudanças que o cenário internacional sofreu desde o final da Segunda Guerra Mundial. Ao final do conflito, a Europa, devastada, deu espaço para o EUA e para a URSS disputarem influência no espaço geopolítico global. Mas, tal disputa não se deu apenas no espaço político e uma corrida armamentista mostrou-se o prelúdio de um novo conflito em escala mundial.

Criada no final da Segunda Grande Guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve como missão evitar o início desse novo conflito que a cada ano mostrava-se mais próximo de acontecer. Como sua própria Carta de criação afirmava, o organismo tinha como objetivo "[...] preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem [...]" (ONU, 1945, p. 3).

Desde esse período, conhecido como Guerra Fria, diversos conflitos em diferentes partes do globo vieram a provocar a atuação do então recém-criado Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que, semelhante ao que aconteceu com seu congênere na Liga das Nações, encontrou diversas dificuldades para cumprir o seu papel. Pode-se elencar o grande conflito de interesses nas diversas regiões do globo e a falta da "legitimidade" das decisões dos membros permanentes como os principais problemas enfrentados, pois a composição das cadeiras refletiu a vitória aliada ao final da Segunda Grande Guerra. EUA e URSS sentaram-se juntos, mas com o espírito conflitivo da divergência posta sobre quem dominaria o mundo a partir dali. O Reino Unido mais se preocupou, como diz Garcia, 2013, em seu livro "Conselho de Segurança das Nações Unidas", em dividir o ônus de arcar com a reconstrução da Europa e junto a isso lutou para que a França entrasse entre esse seleto grupo que depois ficaria conhecido como P-5 – os cinco policiais do mundo -, pois mesmo com uma possível saída dos EUA do organismo os ingleses ainda teriam voz no Conselho além de não ficar com a obrigação de assumir todos os compromissos militares com as novas crises que iriam surgir.

> Com a economia britânica severamente afetada pela guerra e o aumento progressivo de sua dependência em relação aos Estados Unidos, a Grã-Bretanha não estava em condições de sequer considerar a hipótese de arcar com o fardo de "policiar o mundo", como teria chegado a presumir possível na fase áurea de seu poder marítimo no século XIX. [...]. Para os britânicos, a França deveria ser incluída [...], a Grã-Bretanha, apesar de seriamente debilitada, ainda teria voz e não seria forçada a assumir compromissos militares a cada nova crise que surgisse. (GARCIA, 2013, p. 32)

A China entrou no CSNU através da intenção americana de fazer frente ao Japão e à Rússia no extremo oriente, numa época em que o avanço comunista não tinha ultrapassado a muralha chinesa, o que explica o fato de Taiwan ter sido por muito tempo a representação oficial da China no organismo, visto que era o país que abrigava os nacionalistas chineses que fugiram do território sino durante a revolução maoísta.

Logo, um organismo de segurança internacional, que em tese deveria representar o interesse de todos, ficou com o seu poder concentrado e a mercê dos interesses dos principais países europeus e asiático, onde o único representante fora desse escopo foi os EUA, que devido ao seu papel militar durante os anos que se passaram na Primeira e Segunda Guerra Mundial, além da sua proporção e influência na economia e política internacional, ficou inevitável sua participação e liderança no processo de formação e consolidação do organismo.

Com isso, criou-se uma entidade que possuía, até 2013, o segundo maior contingente militar ao redor do mundo, com mais de cem mil militares e civis trabalhando nas mais diferentes missões utilizando um orçamento de mais de sete bilhões de dólares anuais. Tudo isso no poder de cinco países que possuem a prerrogativa de vetar qualquer termo, autorização ou mandatos para o emprego de sanções e/ou tropas no mundo (GARCIA, 2013).

Diante de tais fatos e das mudanças na estrutura geopolítica internacional, um cenário conflitivo por uma busca de mudanças no modelo organizacional do CSNU não pareceria evitável. Países que no passado não possuíam tanta expressão como hoje, buscam cada vez mais o aumento de sua representatividade no Conselho, destacando-se o G-4 (grupo formado por Alemanha, Brasil, Japão e Índia) e o *coffee club* (grupo de países que se opuseram as demandas do G-4) que buscam de diversas formas a mudança da constituição das cadeiras da entidade, justificando-se com o argumento da falta de representatividade e consequência falta legitimidade do Conselho de Segurança para tomar as decisões.

Nesse conturbado cenário que se mostra nesse órgão deliberativo da ONU, o Brasil mais uma vez busca inserir-se cada vez mais no cenário político internacional e, a exemplo de outros países que tentam a mesma coisa, está procurando adequar-se às exigências da responsabilidade. Contudo, alguns questionamentos surgem: é realmente necessário fazer-se presente nesse órgão das Nações Unidas? Quais as exigências para estar à altura da reponsabilidade do cargo? Quais os esforços devem ser realizados? Há reflexos desses esforços para as Forças Armadas do País? Quais são, caso existam, as consequências para o Exército Brasileiro?

A presente pesquisa é de grande importância para o meio militar, pois o Conselho de Segurança da ONU, por ser um organismo de deliberação internacional, possui um espaço

para o diálogo e negociação entre os países. Por isso, diversas informações sobre os mais variados temas são discutidas, numerosos acordos são fechados e muitas trocas de favores são realizadas. As nações que compõem os assentos da entidade estão a par de todos os acontecimentos e medidas que serão realizadas para sua solução, se caso estiverem envolvidas, a presença desses países pode mudar completamente o rumo das negociações. E se isso tudo já mostra o quanto é importante um país estar presente no Conselho, o que se dizer da necessidade e importância de possuir um assento como membro permanente desse mesmo Conselho, membro este que possui o poder do veto, podendo impedir a votação de determinada matéria com apenas o seu voto desfavorável a ela. A Guerra Fria mostrou-se ser um exemplo da capacidade paralisadora que um membro permanente tem de tornar praticamente ineficiente o funcionamento do organismo. Naquela ocasião, os EUA e a URSS vetaram diversas vezes sanções e emprego de tropas nas áreas que não eram do seu interesse, causando uma paralisação no funcionamento do órgão.

Contudo, tamanho poder decisório não seria respeitado se não houvesse algo que fornecesse o suporte necessário. A representatividade ampla do organismo, apenas, não proporcionará isso; aliada a ela é importante ter um poder bélico a altura e, por isso, a presença das principais potências do mundo nos assentos permanentes do Conselho faz-se necessária. Portanto, o estudo desse tema visou esclarecer a importância para o Brasil e as consequências para o Exército Brasileiro face aos esforços para se possuir uma força bélica necessária para sustentar os empreendimentos à conquista de um assento permanente, tornando necessárias diversas ações estratégicas para orientar e direcionar essas ações no caminho correto.

Essa robustez bélica é o que Estado brasileiro deve, também, possuir, já que essa "força às decisões" que aquelas nações possuem, trata-se do poder para determinar e fazer cumprir aquilo que se necessita, poder esse buscado pela ONU desde seu início, pois foi o fator gerador do fracasso do seu embrião, A Liga das Nações.

Nesse sentido, levantou-se o seguinte problema analisado nesse estudo: Os impulsos realizados para inserção do Brasil no CSNU trouxeram consequências diretas para o EB?

A fim de responder determinado questionamento, o presente trabalho teve como objetivo geral o estudo das medidas que foram realizadas para a busca da entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e como isso afetou o Exército Brasileiro.

Buscando-se atingir o objetivo geral delineado, a pesquisa teve como objetivos específicos:

- descrever o processo histórico de formação da ONU e do CSNU, e como isso teve influência no pleito da reforma no Organismo;
- identificar o papel dos membros permanentes e sua influência no cenário político internacional;
- apresentar os requisitos para fazer parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança;
- apresentar os esforços do Brasil para conseguir um assento permanente no CSNU;
- identificar os reflexos para o Exército Brasileiro, fruto das ações realizadas pelo Estado, na busca da cadeira permanente do Conselho de Segurança.

Inserida nessa linha de pensamento, a pesquisa foi realizada dentro do escopo contemporâneo dos esforços desprendidos pelo Brasil durante os últimos quatorze anos e foi estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo foi apresentado o histórico de formação da ONU e do CSNU, onde foi abordada a motivação para criação dos órgãos que tiveram como embrião a Liga das Nações e o Conselho Executivo. No qual o contexto político da época deixa claro as motivações que levaram a cabo a estruturação das entidades, assim como o funcionamento.

No segundo capítulo foi identificado o papel dos membros permanentes do Conselho de Segurança, apresentando quem são e os requisitos militares por eles impostos para se fazer presente no grupo.

No terceiro capítulo foram elucidados os esforços do Brasil na busca da condição de membro permanente do CSNU, apresentando o histórico do esforço para reforma do Conselho de Segurança e quais os resultados atingidos até o momento.

No quarto capítulo, os reflexos dos esforços do governo brasileiro na aspiração ao assento permanente no Conselho de Segurança, foram apresentados. Mostrou-se como a consequência desses esforços que resultaram na elaboração dos documentos de defesa e na construção de uma cultura voltada para segurança nacional refletiu-se no Exército brasileiro e trouxe diversas mudanças dentro da Força.

Por fim, foi apresentada uma conclusão do cenário mostrado na pesquisa, elucidando a importância que tem o tema para o Exército e como a contínua busca pelo aumento da representatividade nacional nesse organismo internacional trouxe diversas mudanças para o Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A partir do estudo da reforma do organismo Conselho de Segurança das Nações Unidas segundo o livro de Garcia "Conselho de Segurança das Nações Unidas" (2013), foi realizada uma pesquisa que se classifica quanto ao objetivo como descritiva, pois realiza um estudo e estabelece uma relação entre as variáveis que envolve o problema e, também, como pesquisa explicativa, já que identifica e esclarece a contribuição dos fatores do fenômeno.

Quanto a abordagem, o trabalho classifica-se como qualitativo, levando em conta a subjetividade, através do estudo de diversos documentos. O procedimento utilizado foi o da pesquisa bibliográfica e documental, visto que foram realizadas consultas a bibliografias de diversos autores, documentação oficial do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro.

A partir do questionamento realizado ao tema, foi traçada a hipótese de que as ações realizadas pelo governo brasileiro trouxeram mudanças para o Exército. Para isso foram estudadas as seguintes variáveis: As ações realizadas pelo Brasil ao longo dos anos; nível bélico presente entre os membros permanentes do Conselho de Segurança e as mudanças no Exército ao longo dos anos.

Nessa direção foi estabelecido um objetivo geral para nortear o trabalho realizado. Esse objetivo foi estudado a partir das medidas que foram realizadas para a busca da entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a influência causada por elas ao Exército Brasileiro. Onde, com a finalidade de buscar um melhor entendimento do tema e assim atingir o objetivo geral traçado a partir do estudo das variáveis, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever o processo histórico de formação da ONU e do CSNU, e como isso teve influência no pleito da reforma no Organismo; identificar o papel dos membros permanentes e sua influência no cenário político internacional; apresentar os requisitos para fazer parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança; apresentar os esforços do Brasil para conseguir um assento permanente no CSNU; identificar os reflexos para o Exército Brasileiro, fruto das ações realizadas pelo Estado, na busca da cadeira permanente do Conselho de Segurança.

Durante a construção desse trabalho foi realizada a coleta de material necessário para estudo do tema. Essa reunião dos elementos relevantes a pesquisa deu-se a partir da consulta a livros da biblioteca virtual da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), livros e apostilas da biblioteca acadêmica da Academia Militar das Agulhas Negras, artigos de especialistas em defesa nacional que foram publicados em páginas eletrônicas da internet, sites institucionais do Exército Brasileiro e aos documentos do Ministério da Defesa.

3. CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU)

O Conselho de Segurança é um importante órgão das Nações Unidas, pois é nele que se discute as questões sobre a segurança internacional vindo a tomar decisões vinculantes relativos aos termos, autorizações e mandatos das missões realizadas pela ONU. O organismo de segurança é formado por cinco membros permanentes e dez membros não permanentes e apesar de historicamente ter colecionados sucessos, tem o seu formato muito questionado, principalmente relativo a questões de representatividades dos diversos continentes no Conselho, justificados pela atual falta de legitimidade do órgão por não possuir um formato que corresponda à configuração atual das Nações Unidas. No presente capítulo será abordado a formação do CSNU, sua estrutura, funcionamento e objetivos. Assim, faz-se necessário uma abordagem histórica para entender como e de onde esse organismo internacional iniciou.

3.1 Antecedentes da criação da ONU e do CSNU

As duas grandes guerras foram acontecimentos marcantes para história da humanidade, as grandes batalhas, o número massivo de mortos e o desenvolvimento tecnológico que os combates proporcionaram mudaram a arquitetura da ordem internacional vigente nas duas ocasiões. Com o final dos conflitos um novo caminho era aberto para as relações dos Estados, no qual cabia sempre as potências vencedoras mostrar como ele deveria ser percorrido e, dessa forma, o modo como cada nação posicionava-se frente aos novos desafios de reordenar a organização vigente da época determinou como o novo sistema criado iria comportar-se e se seria estável ou não. Dentro desse contexto surgiram os organismos - Liga das Nações e Conselho Executivo - que deram origem ao que conhecemos hoje como: Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) respectivamente.

Apesar da pouca precisão dos dados, sabe-se que o efeito da 1ª Guerra Mundial foi devastador para sociedade da época e em especial à Europa. Cerca de oito milhões de soldados morreram no conflito e mais de trinta milhões de militares e civis ficaram feridos, além disso houve a desintegração do império otomano e austro húngaro, dois reinos de grande força e devido as suas derrocadas provocou-se uma relevante mudança no mapa europeu. Diversas nações foram criadas e outras recuperaram sua independência, muitas delas nasceram com graves problemas econômicos e com rivalidades nacionalistas que perduraram no período entre guerras, somado a isto, um grande caos econômico foi herdado graças aos elevados gastos militares dos países que participaram do embate, com isso o continente

europeu tornou-se uma região com grandes disputas e que caminhava para um novo conflito bélico (SAVIAN; LACERDA, 2015).

Buscando impedir novas contendas nesse cenário europeu incerto surge a Liga das Nações, organização que tinha como propósito a salvaguarda dos interesses das pequenas e grandes nações quanto a independência política e integridade territorial. Sua concepção veio dos postulados do presidente norte americano Woodrow Wilson, conhecido como os "Catorze pontos". No décimo quarto ponto, o chefe de estado americano propôs a formação de uma associação geral de nações, sob pactos específicos e com o propósito de fornecer as garantias já mencionadas acima, sua estrutura previa três órgãos principais: Um Conselho Executivo, com participação restrita, uma Assembleia aberta para todos Estados membros para o debate e exercício da diplomacia nos assuntos que afetassem a paz; e um Secretariado com funções administrativas, além de outros organismos que ficariam associados a Liga das Nações como: a Corte Permanente de Justiça Internacional (GARCIA, 2013).

O Conselho Executivo aproximou-se do que hoje é o CSNU, tendo inicialmente a previsão de cinco membros permanentes - Reino Unido, EUA, França, Itália e Japão - e quatro não permanentes - Brasil, Espanha, Bélgica e Grécia - com mandatos de quatro anos. Porém, a organização sofreu um grande abalo já no seu início quando o senado americano não ratificou o Tratado de Versalhes, esse que foi um acordo entre as potências europeias encerrando o conflito e impondo punições a Alemanha, perdedora, além de criar a Liga da Nações como órgão responsável pela segurança coletiva do sistema internacional. A falta da presença norte americana no organismo acabou enfraquecendo-o e deixando sua organização pouco representativa, já que apenas o Brasil ficou como representante de todo o continente americano e ainda ocupando uma posição de menor relevância - membro não permanente (GARCIA, 2013).

Apesar de os problemas iniciais para a sua consolidação e as diversas alterações que sofreu na sua composição – chegando a possuir onze membros não permanentes e seis permanentes e já no seu final com apenas dois membros permanentes – o conselho conseguiu alguns avanços no âmbito político como: a resolução da questão territorial entre a Suécia e a Finlândia (1920), defesa da soberania da Albânia (1921), retirada de tropas gregas da Bulgária (1925) entre outros. No entanto, a Liga das Nações ainda carecia de legitimidade, poder e adesão por partes dos países, isso foi superado em parte graças a entrada da Alemanha após a reconciliação promovida pelo acordo de Locarno, onde a instituição viu-se com expectativa

de alcançar o patamar desejado de organização com poderes para prevenir o sistema de futuros conflitos (GARCIA, 2013).

Embora diversas atividades tenham sido desenvolvidas, no âmbito mais técnico do que político (tráfico de mulheres e crianças, combate ao ópio, proteção de minorias, direito internacional privado...), a Liga das Nações foi colecionando fracassos ao longo dos anos no que tange a solução pacífica dos conflitos. As agressões dos regimes nazifascistas e a ineficácia na reação quanto a invasão dos japoneses ao território chinês da Manchúria, mostraram-se problemas que estavam além do poder da organização para conseguir soluciona-lo, ocorrendo, inclusive, diversos desrespeitos ao cumprimento de embargos econômicos impostos a Itália após a invasão da Abissínia (Etiópia) em 1935, demonstrando o pouco respeito dado ao organismo e as suas decisões (GARCIA, 2013).

Desse modo a Liga foi enfraquecendo-se, aos poucos as grandes potências abandonavam a instituição e com isso a sua legitimidade e força das decisões caminhavam para inexistência. Em 1933 a Alemanha e o Japão retiraram-se, em 1937 a Itália fez o mesmo e no fim do ano de 1939 a URSS foi expulsa em decorrência da invasão da Finlândia. As duas potências que restaram nos quadros permanentes do conselho – Grã-Bretanha e França – já não possuíam força para fazerem cumprir as normas estabelecidas pelo organismo. O início da segunda grande guerra acabou por condenar a credibilidade da organização visto que houve a falha na sua missão primordial que era de manter a paz. Em 1946 a Liga das Nações foi oficialmente desativada e suas atividades suspensas, um novo período de incertezas e conturbações se iniciava e a segurança coletiva encontrava-se sob judicie novamente (GARCIA, 2013).

3.2 Criação da ONU e do CSNU

Com a o início das políticas expansionistas do Japão, da Itália e da Alemanha os contornos da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) começam a aparecer enquanto a Liga das Nações assiste a tudo de forma inoperante. Essa ineficiência da instituição acaba por incentivar a continuação da expansão territorial alemã sob ordens de Adolf Hitler que ordena a invasão da Polônia e dá início a segunda grande guerra, com isso a Liga das Nações sofre total descrédito e a atenção das grandes potências volta-se para vitória do embate. (SAVIAN; LACERDA, 2015). Dessa vez, corrigindo um erro do passado, os planejamentos para o cenário do pós-guerra iniciam-se já em 1939. A ONU surge a partir de um processo complexo com anos de estudo e negociação, pois, o cenário conflitivo altamente volátil do momento dava margem a diferentes interesses nacionais e à medida que a guerra se desenrolava novas

apreciações surgiam, graças a maior participação de países no conflito e a crescente certeza de vitória dos Aliados.

A exemplo disso em 1941 os EUA e a Inglaterra manifestam-se, através da Carta do Atlântico, a favor do abandono da força por todas as nações do mundo, onde o desarmamento das potências agressoras seria de fundamental importância para o estabelecimento de uma paz futura, mediada por uma organização ampla, permanente e de segurança geral. Um ano mais tarde, em 1º de janeiro de 1942, a Declaração das Nações Unidas é assinada em Washington pelos Aliados contra o Eixo, onde se ficou acordado a ajuda mútua no uso dos recursos militares e econômicos na luta contra o regime nazista. (ONU, 2017)

Desde o início, pensando em evitar futuras transgressões dos "antigos inimigos" bem como a distribuição das responsabilidades sobre as regiões de forma equilibrada, o presidente do EUA Roosevelt engendrou um Conselho dominado pelas Grandes potências da época. Os países atuariam da seguinte forma: Na Europa, a Grã-Bretanha e a URSS conteriam a Alemanha; Na Ásia, a China combateria a atuação do Japão naquele lado do continente com uma possível ajuda soviética; as outras regiões do globo ficariam a cargo da influência dessas grandes nações, o Sudeste Asiático e o subcontinente indiano ainda com grande influência do Império Britânico manter-se-iam sob controle, a América Latina era vista como uma zona de grande fluência norte americana e a África não representava nenhum perigo estratégico a época, em razão da colonização das potências europeias no continente. Um possível assento destinado a um país mulçumano com vistas ao controle do oriente médio foi momentaneamente cogitado, mas a ideia nunca foi levada a frente. (GARCIA, 2013)

Simetricamente, o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill também tinha um modelo de conselho com uma visão regionalista, mas que se diferenciava do americano devido à presença de três conselhos – Europa, Ásia e América – e um conselho supremo mundial comandado por potências de indiscutível poder militar. Na visão do Chefe de Governo a Grã-Bretanha não terias condições de assumir o encargo de defender o mundo e por isso fazia-se necessário a divisão desse encargo para outros países em suas respectivas regiões de influência, com isso o país ainda endossava a inclusão da França nesse seleto clube dos "policiais" do sistema internacional, pois uma possível saída do EUA do Conselho deixaria a Ilha britânica sem forças para combater as futuras crises. Com o funcionamento desse sistema subdividido Londres ainda teria voz e não receberia o encargo pesado de assumir compromissos militares para cada contenda que surgisse. (GARCIA, 2013)

Apesar do formato da instituição demonstrar o interesse da montagem de um sistema coletivo de segurança, mesmo que com a intenção de dividir os custos dos encargos,

importante para democratização e legitimidade do organismo, as decisões tomadas para admissão dos membros permanentes do futuro Conselho de Segurança foram pautadas nos anseios políticos, sobretudo, gerais e não regionais. Como disse Garcia em seu livro:

> No frigir dos ovos, porém, o regionalismo não foi um fator determinante na definição de quais países deveriam ter postos permanentes no Conselho de Segurança. Com o consentimento dos Três Grandes, a China e a França, cada um a seu tempo, foram convidados a se incorporarem ao grupo por motivações políticas globais, apenas de modo muito tênue relacionadas a considerações estritamente regionais. Quando a carta da ONU foi assinada em 1945, os Conselhos regionais imaginados por Churchill já haviam sido descartados muito antes. Grande parte do esquema com base regional vislumbrado por Roosevelt foi substituído por uma abordagem globalista e centralizada. (GARCIA, 2013, p. 33)

Envolvido em um cenário onde a guerra já estava resolvida no teatro de operações europeu e aguardava o desfecho final no pacífico, aconteceu em São Francisco-EUA em 1945 a Conferência sobre a Organização Internacional onde foi assinada a Carta das Nações Unidas. Documento que como já no seu preâmbulo citava, procurava: "[...] preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem [...]" (ONU, 1945, p. 3)

Na Carta que praticamente ratificou e retificou os acordos e decisões tomadas em outras conferências, ficou claro a presença da segmentação política entre as grandes potências que conduziram a vitória dos Aliados na segunda grande guerra e que passaram a ocupar os assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU juntamente com seus parceiros políticos estratégicos; e as nações que tiveram um papel coadjuvante ou nenhum papel durante o conflito que a partir de então, passaram a constituir um sistema de rodízio para ocupar as cadeiras limitadas como membros não permanentes desse mesmo conselho.

3.3 Objetivos do CSNU

A fim de garantir uma reposta rápida e eficaz aos diversos cenários que surgem no globo, a carta da ONU no Art. 24 prevê diversas atribuições ao Conselho de Segurança. Nela os membros da ONU delega ao organismo a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional, comprometendo-se a aceitar que este Conselho atue, nas atribuições que lhe cabem, em nome deles. Para tanto, as seguintes atribuições foram previstas a entidade: Solução pacífica de controvérsias; Ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão; acordos regionais e estabelecimento de um sistema internacional de tutela.

3.4 Estrutura

Para cumprir seus objetivos previstos na Carta das Nações Unidas o CSNU está estruturado em membros permanentes e não permanentes, onde o cenário político da época da sua formação fica nitidamente explícito, pois como foi visto anteriormente toda a estruturação da entidade não correspondeu a representação das diversas regiões do globo, priorizando em sua composição as hegemonias globais vencedoras da segunda grande guerra, assim como seus aliados que se localizava em áreas específicas do globo e que se fazia necessário um maior controle, como foi o caso da China.

De acordo com o Art 23 da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança será composto de quinze membros, cinco permanentes e dez membros não permanentes.

> A **República da China**, a França, a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança [...] (ONU, 1945, p. 17, grifo nosso)

É importante salientar que a República da China foi substituída pela República Popular da China em 1960 e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela Rússia em 1970 com a queda da URSS e o fim da guerra fria. Momento da história em que o Conselho teve suas ações praticamente paralisadas devido ao veto exercido pelos membros. Todos os países que possuem assentos permanentes possuem o poder de veto, ou seja, impedir qualquer proposta sem que seja necessário a apreciação por todos os outros restantes que compõe a entidade.

Os membros não permanentes são eleitos a cada dois anos, onde o conselho não é substituído em sua totalidade, evitando que grande parte do conselho seja substituída todo de uma vez o que atrapalharia as negociações e estudos de matérias importantes. As cadeiras não permanentes são disponibilizadas de acordo com a distribuição geográfica equitativa e nenhum país poderá reeleito para um período subsequente.

3.5 Funcionamento

O sistema de votação do Conselho busca, teoricamente, a maior representatividade de todos os seus membros, pois as matérias apreciadas dependem da aprovação da maioria. Porém a existência do veto acaba revelando o grande poder que o P-5 (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido) possui dentro da entidade, visto que sem a aprovação unânime dos países membros permanentes nenhuma matéria pode ser aprovada.

Como previsto na Carta da ONU, cada membro do Conselho de Segurança tem direito a um voto, onde para questões processuais a aprovação depende de nove votos – dos quinze possíveis - a favor do tema pelos países ocupantes das cadeiras na entidade. Para todas as

outras questões, depende-se de nove votos incluindo-se os votos, unânimes, do P-5 para que a matéria possa ser aprovada, excluindo-se os países, se existirem, que fazem parte de uma controvérsia abordada no tema em questão, tornando-se necessário a abstenção do seu voto na matéria. (ONU, 1945)

Pode-se perceber que apesar da ONU ser um organismo internacional de segurança coletiva onde é priorizado a representatividade dos seus membros e igualdade entre eles, o Conselho de Segurança foge dessa direção e aproxima-se do que foi o Conselho Executivo do pós-Primeira Guerra Mundial. A forma como está constituído o órgão ainda traz marcas de sua criação e do cenário geopolítico da época, trazendo o real poder de decisão para as grandes potências aliadas do momento de sua criação, onde fica-se evidente a importância do assento permanente e de seu grande poder – o veto - que pode paralisar (como já paralisou em outros momentos da história) o funcionamento do órgão e serve de grande barganha para as negociações na apreciação das matérias votadas.

4. MEMBROS PERMANENTES DO CSNU

Como foi visto, a posição de membro permanente do órgão é de grande peso e responsabilidade, pois tem o poder de decidir favoravelmente ou desfavoravelmente a uma

decisão vinculante que será obedecida pela ONU, aplicando-se ao contexto das atribuições do Conselho, está se falando da decisão de tutelar ou não determinado país ou região do globo, colocar tropas para executar uma operação de paz em uma área de litígio ou até mesmo aplicar sanções contra países membros das Nações Unidas que estejam descumprindo acordos já assinados. Essa responsabilidade traz consigo requisitos em que os países que são membros permanentes já possuem e por isso qualquer nação que queira fazer parte desse clube terá que está à altura de suas exigências. Para melhor elucidar esses fatos, o capítulo se destinará a analisar os países membros permanentes desse Conselho, onde serão evidenciados os principais fatores que proporcionam a esses Estados a presença numa posição tão importante na entidade.

4.1 P-5 e seu poderio militar

Evitando cometer os mesmos erros do passado, a ONU foi concebida com um enorme poderio militar derivado dos seus membros fundadores. Buscava-se evitar o que acontecera com o Pacto da Liga das Nações que em seu artigo dezesseis previa sanções políticas, econômicas e financeiras a países que recorressem a guerra, onde o Conselho Executivo, recomendava aos países membros que estivessem empenhados em fazer cumprir os compromissos assinados, contribuir tropas para sanar o problema.

Logo, a ONU e seu Conselho de Segurança deveriam ser dotados de todos os meios militares para que as medidas aplicadas aos países que descumprissem as normas já firmadas fossem totalmente executadas, como fala Garcia em seu livro.

> A organização que fosse executar essa tarefa deveria ter "dentes", isto é, receber os meios adequados para uma dissuasão crível no terreno militar. Mecanismos puramente legais não seriam suficientes para liquidar pendências entre Estados. E para que esse esquema de segurança funcionasse, a organização precisaria contar entre seus membros com as potências capazes de dar peso e autoridade às suas decisões. (GARCIA, 2013, p.27).

Ao analisar-se o ranking dos gastos militares dos países no mundo, vê-se a hegemonia americana que lidera a tabela, folgadamente, com U$ 611 bilhões de dólares e pode-se perceber a liderança do P-5 em investimento militar no mundo, pois dos sete primeiros países, cinco são os membros permanentes do Conselho de Segurança que somados os gastos chega a um valor próximo de U$ 1 trilhão de dólares em investimento bélico.

Todo esse investimento militar materializa-se em um grande contingente de tropas altamente adestradas e equipadas, submarinos nucleares, porta aviões, aviões de caça com tecnologia *stealth*, frotas de bombardeiros, mísseis nucleares e sistema de navegação por

satélite, o que fornece um alto poder dissuasório ao Conselho respaldando militarmente todas as suas decisões e ao mesmo tempo estabelece requisitos militares para os países que questionam e almejam uma reforma no órgão em busca de uma oportunidade de possuir um assento no organismo.

Figura 1: Tabela dos países com os maiores gastos militares no mundo em 2016

Rank			Spending, 2016 ($ b., MER)	Change, 2007–16 (%)	World share, 2016 (%)	Spending as a share of GDP (%)[b]	
2016	2015[a]	Country				2007	2016
1	1	USA	611	−4.8	36	3.8	3.3
2	2	China	[215]	118	[13]	[1.9]	[1.9]
3	4	Russia	69.2	87	4.1	[3.4]	5.3
4	3	Saudi Arabia	[63.7]	20	[3.8]	8.5	[10]
5	7	India	55.9	54	3.3	2.3	2.5
6	5	France	55.7	2.8	3.3	2.3	2.3
7	6	UK	48.3	−12	2.9	2.2	1.9
8	8	Japan	46.1	2.5	2.7	0.9	1.0
9	9	Germany	41.1	6.8	2.4	1.2	1.2
10	10	South Korea	36.8	35	2.2	2.5	2.7
11	11	Italy	27.9	−16	1.7	1.6	1.5
12	13	Australia	24.6	29	1.5	1.8	2.0
13	12	Brazil	23.7	18	1.4	1.5	1.3
14	14	UAE[c]	[22.8]	123	[1.3]	[3.3]	[5.7]
15	15	Israel	18.0	19	1.1	6.7	5.8
Total top 15			**1 360**	. .	81	. .	. .
World total			**1 686**	14	100	2.3	2.2

[ ] = SIPRI estimate; GDP = gross domestic product; MER = market exchange rates; UAE = United Arab Emirates.

Fonte: http://www.defesanet.com.br/ (2017)

5. BRASIL E A BUSCA DA CONDIÇÃO DE MEMBRO PERMANENTE NO CSNU

Historicamente o Estado brasileiro não mediu esforços para se fazer presente nos eventos que originaram os principais órgãos de segurança coletiva no mundo, e isso deu-lhe a prerrogativa de sentar junto às grandes potências da época ao final dos conflitos. Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Brasil participou como membro fundador do surgimento da Liga

das Nações, ocupando um assento não permanente no Conselho Executivo, e no final da Segunda Guerra Mundial o país também foi um dos membros fundadores e ocupou a cadeira de membro não permanente no Conselho de Segurança. Nas duas ocasiões a formação dos dois organismos não contemplou a representatividade geográfica, o que prejudicou, e prejudica - no caso do CSNU - a legitimidade das decisões, gerando questionamentos por outros países, incluindo-se o Brasil, e diversas propostas para uma possível reforma no organismo onde se busca uma maior representatividade dessas nações que ficaram alheias a consolidação do Conselho, graças a sua menor expressão no cenário mundial da época e que com as mudanças do cenário geopolítico mundial acabaram tornando-se nações de grande expressão e liderança em suas regiões no globo.

5.1 Reforma no CSNU

O histórico da reforma no Conselho de Segurança é complicado e mostra que a mudança dentro do órgão aconteceu minimamente, onde a ação mais concreta foi o aumento das cadeiras dos membros não permanentes. Semelhante ao que aconteceu em 1919 na Liga das Nações, os países que ficaram de fora do P-5 buscaram o aumento da sua representação no Conselho. Um primeiro passo foi dado em 1960 quando o número de membros não permanentes foi estendido de seis para dez, com vistas ao atendimento do aumento do número de adesões a ONU decorrente do processo de descolonização e do surgimento de novos países independentes. Com isso uma nova distribuição foi definida para ocupação dessas vagas: “cinco para Estados da Ásia e da África; dois para América Latina e Caribe; um para Europa Oriental; dois para Europa Ocidental e Outros Estados” (GARCIA, 2013).

Ao final da Guerra Fria o ambiente para reforma na entidade ganhou força novamente e em 1993 a Assembleia Geral decidiu compor um Grupo de Trabalho de Composição Aberta para analisar as possibilidades sobre a reforma no órgão. Junto a isso surgiram grupos com os mais variados interesses na reforma do Conselho, cada grupamento de países defendiam os seus interesses comuns e com isso foram deixando o processo de reforma ainda mais complicado. O *coffee club,* por exemplo, foi um grupo de países formados pela Itália, Paquistão, Coreia do Sul, México, Argentina, Espanha e alguns outros que surgiu em oposição as reivindicações do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) em assumir vagas como membros permanentes da organização. Para esse clube que ficou conhecido como *coffee club* por supostamente preferir interromper as reuniões a engajar-se de forma mais profunda no conteúdo, as disputas regionais foram as principais motivações para oposição as reivindicações do G-4.

Logo, o pontapé inicial para as reformas nos assentos da no CSNU já ficou bastante paralisado, pois os diversos grupos de interesse que permeiam as propostas de reforma da entidade acabaram por atrasar todo o processo. Faz-se importante salientar que nem sempre a formação de grupos de trabalho na ONU tem como seu objetivo a real motivação de resolver os problemas como afirma Garcia em seu livro:

> Não escapa à inteligência dos delegados ou de qualquer observador atento que a criação de comitês, comissões e grupos de trabalho na ONU pode ser tanto uma maneira de aprofundar a discussão para atingir melhores resultados quanto um estratagema para adiar o momento de decisão em torno de tópicos mais sensíveis. (GARCIA, 2013, p.118)

Após quinze anos de trabalho o Grupo instalado para tratar do assunto pouco avançou no tema, mas dois grandes momentos foram marcantes nesse processo de tentativa de mudança do *status quo* do Conselho de Segurança da ONU. O primeiro momento foi quando o então Embaixador malásio Razali Ismail, Presidente da Assembleia Geral da época, propôs um aumento do número de cadeiras no Conselho de quinze para vinte quatro membros. Tal proposta que ficara conhecida como Proposta Razali, previa uma nova configuração das cadeiras: três países em desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e Caribe; e dois entre países desenvolvidos. Somados a isso haveria um aumento das cadeiras dos membros não permanentes de dez cadeiras para quatorze, onde as novas quatro cadeiras seriam assim distribuídas: uma para Estados africanos; uma para Estados asiáticos; uma para Estados europeus orientais; e uma para Estados latinos americanos e caribenhos. O segundo momento aconteceu em 2005, enquanto a ONU comemorava seus sessenta anos de criação as expectativas de uma reforma ganharam força graças a esse momento. No ano anterior o Painel de Alto Nível sobre ameaças, desafios e mudanças no campo da paz e segurança compôs dois modelos para transformação do Conselho de Segurança. O primeiro modelo previa a criação de mais nove assentos: três para membros não permanentes com mandatos estendidos de dois anos e seis para membros permanentes. Uma segunda opção também foi contemplada, porém não previa a mudança desejada por todos, mexer nos assentos dos membros permanentes. A segunda opção previa a criação de um terceiro tipo de membro, seriam criadas oito cadeiras com mandatos de quatro anos com a possibilidade da reeleição, além de adicionar mais uma vaga no quadro dos membros não permanentes (GARCIA, 2013).

Movidos pela áurea da expectativa de mudança nesse ano festivo da ONU, o G-4 e mais outros vinte três estados membros apoiaram um projeto de resolução que previa uma extensão no Conselho para vinte cinco membros com a criação de quatro assentos não permanentes e seis cadeiras permanente além do estabelecimento de uma condicionante para o uso do veto

por parte dos Estados que ingressassem como membros permanentes, no qual só seria usado após uma carência de quinze anos. A mudança ainda observava a distribuição dessas novas vagas por grupos regionais existentes - duas para Estados africanos, duas para Estados Asiáticos, uma para Estados latino-americanos e caribenhos e uma para os Estados da Europa Ocidental e Outros.

Apesar do esforço o projeto não chegou a ser votado e ainda sem definição de qual proposta seria aceita começou-se em 2008 as negociações entre os Estado membros no plenário informal da Assembleia Geral. A discussão que perdura até hoje se baseia na busca por uma solução que possua aceitação mais ampla possível e está focada no tamanho do Conselho e seus métodos de trabalho, bem como a sua relação com a Assembleia Geral visto que a cada ano que passa o Conselho mostra-se cada vez mais forte e proeminente, graças ao peso das suas decisões e matérias de grande importância para o cenário internacional.

5.2 O Brasil e seus esforços para reformar o CSNU

A decisão de integrar o Conselho de Segurança como membro permanente não é recente. Desde a primeira participação nos organismos internacionais de segurança coletiva o Estado brasileiro buscou uma maior representatividade do país no organismo pautado pela preocupação de uma maior presença dos países dos diferentes cantos do globo. Essa busca de uma maior legitimidade dos órgãos e tentativa de neutralização da utilização dessas entidades para política internacional das grandes potências iniciou-se na Liga das Nações com a intensificação da atuação da diplomacia brasileira na perseguição desse objetivo de assentar numa cadeira permanente.

> Em julho de 1925, o Brasil envia um memorando secreto aos membros do Conselho, expressando sua visão sobre a reforma do órgão. O principal argumento mante-se o desequilíbrio na representação geográfica. A Liga correria risco de se tornar verdadeiro "instrumento da política europeia", caso não fosse ajustado tal desequilíbrio. As alternativas que apresentava o Brasil como solução para a distribuição injusta eram ou a ocupação provisória pelo Brasil do assento reservado aos EUA, ou a criação para o país de nova vaga permanente reservada ao Continente Americano. (BARACHUY, 2005, p.65)

Ao final da Segunda Grande Guerra, o Brasil aspirou uma vaga como membro permanente do Conselho, mas fruto das negociações políticas da época acabou tornando-se membro não permanente, para suplantar a perda brasileira, o país foi contemplado com a prerrogativa de abrir os discursos na Assembleia Geral da ONU. Esse fato não abalou a diplomacia brasileira que sempre teve a reforma na entidade como objetivo de Estado, portanto pouco afetada pela mudança do cenário político do país. De toda forma, o tema

pareceu ter sido pouco explorado com o passar dos anos e acabou ganhando vida novamente no governo Sarney que durante a 44ª sessão da Assembleia Geral da ONU em 1989 destacou a necessidade de um reexame da adequação da composição do Conselho:

> Este é um problema que merece ser examinado não apenas sob o ângulo tradicional da adequação entre a quantidade de membros não permanentes e o aumento verificado no número de Estados-membros das Nações Unidas, mas sobretudo à luz das mudanças nas relações de poder ocorridas no mundo desde a criação da Organização. É chegado o tempo de uma reavaliação destinada a permitir que a multipolaridade atual se veja refletida no Conselho de Segurança, a fim de habilitá-lo a melhor exercer suas responsabilidades. (CORRÊA, 2007, p. 514)

Como se vê, o governo brasileiro tentava a época promover um espaço na agenda da ONU para uma possível reforma no CSNU sem se manifestar de maneira direta. Com o passar dos anos a demanda brasileira foi ganhando força e mostrou-se cada vez mais explícita, em 1994 quando a Organização das Nações Unidas começava as expectativas do seu quinquagésimo aniversário, o Embaixador brasileiro, Celso Amorim, apresentou de forma clara a posição do Estado brasileiro quanto a possibilidade de uma mudança no quadro dos assentos permanentes do Conselho, o ministro afirmou: "Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes" (CNPEPI, 2009). O diplomata brasileiro argumentou ainda que na busca de uma maior representatividade do órgão a mudança deveria passar por todas as categorias de países, sobretudo as nações em desenvolvimento e em específicos os Estados da América Latina e Caribe, onde o Brasil possuiria as credenciais necessárias para representar a região, pois segundo o ministro o país pautava suas posições pelo:

> Respeito aos princípios da não intervenção e da soberania e integridade territorial dos Estados; pela busca constante da solução pacífica e negociada dos conflitos; pelo primado do Direito na preservação da ordem pública internacional; pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e pela participação nas operações de manutenção da paz em diversas regiões do globo. (CORRÊA, 2007, p. 587)

Um precedente histórico apoiava a intenção brasileira no momento, o desejo do Presidente Roosevelt de que o Brasil viesse a integrar o órgão, "conforme narrado pelo Secretário de Estado, Cordell Hull, em suas memórias" e citado pelo Ministro Celso Amorim no livro *O Brasil e as Nações Unidas 70 Anos*. Com a discussão iniciada na ONU o Ministro de Itamar tentou buscar fortalecer o projeto, malgrado os outros países não viam com bons olhos o pleito brasileiro. A Alemanha visualizava complicações para seus interesses futuros no Conselho que já estavam bem encaminhados com o apoio norte americano e sem a posição contrária, explícita, russa. Os japoneses, também interessados no assento permanente, nutriam o mesmo posicionamento alemão. O Reino Unido e a França procuravam não incomodar a

situação cômoda que estavam e não desejavam criar problemas com seus parceiros na região em que o Brasil disputava influência.

A China não exibiu tão nitidamente na época seu posicionamento contrário, tal como faz hoje, apesar de ser deduzido a falta de interesse do país sino no ingresso do Japão e da Índia no Conselho Permanente (FONTOURA; MORAES; UZIEL, 2007).

Todo esse movimento diplomático brasileiro acabou por ajudar na efervescência da Assembleia Geral em torno da reforma. No ano de 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o cenário que se desenhava ajudava o pleito brasileiro, pois tentou-se aprovar celeremente uma reforma que consistia na inclusão da Alemanha e Japão nos assentos permanentes e a expansão do número de cadeiras não permanentes do Conselho. Tal manobra ficou conhecida como *quick fix* e fora firmemente confrontada pelo Brasil junto à Índia, que graças aos esforços desprendidos evitaram a inclusão de nações que viriam a desequilibrar ainda mais as relações, já desiguais, de interesses regionais do órgão.

Nesse novo governo a reforma do Conselho Permanente não é abandonada, os esforços brasileiros continuam e o novo chanceler, na Assembleia Geral da ONU, manifesta novamente a visão nacional a respeito do tema. O ministro Lampreia dá ênfase a importância da mudança dentro do Conselho de Segurança, argumentando que as diferenças no cenário em qual o organismo foi criado e no qual ele se encontra, afeta a sua legitimidade devido à falta da representatividade necessária.

> O fato é que a maioria das estruturas das Nações Unidas são aquelas desenhadas há cinquenta anos. Naquele momento, o mundo entrava em uma nova fase de política de poder que já não mais se aplica. (...). Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalizador de outras reformas Segurança é um imperativo que não mais deve ser postergado. Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados-membros, o Conselho de Segurança precisa ter legitimidade inquestionável. E, como bem sabemos, legitimidade depende em última análise de representatividade. A reforma não deve acarretar uma ampliação indiscriminada do Conselho de Segurança e, muito menos, uma reforma que seja insuficiente, predicada na conveniência de um número limitado de Estados. Acima de tudo, será essencial assegurar representação mais equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento que tenham tanto a capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global necessárias dentro do sistema da Nações Unidas, a reforma do Conselho. (CORRÊA, 2007, p. 602)

Ao decorrer dos anos o ministro passou acrescentar aos argumentos a atuação do Brasil no cenário internacional que vinha preocupando-se com a integração do bloco regional na América do Sul através do Mercosul, a cooperação com os países vizinhos e os compromissos afirmados pelo país em diversas matérias do cenário internacional como: desarmamento, não proliferação de destruição em massa e participação em missões de paz. Com isso, o diplomata

manifestou claramente o posicionamento brasileiro em favor da própria inclusão no Conselho como membro permanente.

> Se prevalecer essa visão da reforma, o Brasil poderia ser chamado a exercer as responsabilidades de membro permanente. Seria natural que assim ocorresse. Seria prestigioso para o país. Seria o reconhecimento do progresso considerável na inserção e na ação externa do Brasil. E seria algo que reforçaria nossa interlocução com o mundo inteiro. (Lampreia, 1997)

Após esses acontecimentos, a Proposta Razali, foi colocada em pauta, despertando grande interesse e expectativa ao Brasil por parecer um caminho viável a consolidação da reforma. Porém, a proposição foi logo batida pelos diversos grupos que disputavam por seus interesses em particular e não avançou. Apesar de todos os esforços executados pela diplomacia brasileira, o pleito pareceu cada vez mais difícil de ser atingido, porém continuou não sendo marginalizado na política internacional dos governos que se sucederam.

5.2.1 *Primeiro mandato Lula 2003-2006*

O governo Lula, iniciado em 2003, mostrou logo no seu início que o tema seria apreciado com a mais devida importância, pois ao examinar as instruções contidas no livro de instruções à delegação brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas, fica clara a intenção brasileira no órgão: "A Delegação deverá intervir no debate, levando em conta tanto a perspectiva de participação do Brasil como membro eleito em 2004-2005 quanto a postulação brasileira a ocupar um assento permanente, no contexto da reforma do CSNU." (FUNAG, 2007, p. 194). O próprio Ministro Celso Amorim fala no livro "*O Brasil e as Nações Unidas 70 Anos*" que existia dúvidas por parte dele em relação ao engajamento do presidente nesse "tema aparentemente abstrato e distante como a reforma do Conselho de Segurança", porém na primeira viagem ao exterior o Presidente apresentou um cenário inverso ao pensado pelo diplomata. Lula não só confirmou os pontos de conversação sobre a reforma, como também se engajou diretamente nas conversas com representantes de outros países. O Ministro Celso Amorim ainda fala que a figura do presidente e suas políticas sociais estavam dando uma nova projeção brasileira ao mundo.

> O novo Presidente brasileiro era cortejado por estadistas de países ricos e pobres, da nossa região ou fora dela. Iniciativas como a Ação de Combate à Fome e à Pobreza, tomada com os presidentes da França (Jacques Chirac) e do Chile (Ricardo Lagos), com a participação do Secretário Geral da ONU e outros chefes de Estado e de governo, reforçavam o papel global do Brasil. (FONTOURA; MORAES; UZIEL, 2007, p. 319)

Essa nova projeção em que o Brasil era mostrado ao mundo permitiu ao governo e ao serviço diplomático cultivar novas esperanças de uma possível entrada no Conselho Permanente. Para o país, a melhor proposta para que isso ocorresse era a já colocada em pauta "Proposta Razali", pois esse projeto tinha como meio de aprovação a votação da maioria da Assembleia Geral, constituída por muitos países africanos. Nesse momento vê-se uma aproximação forte do governo brasileiro com as nações africanas, pois o Presidente Lula somente no período de 2003 a 2006 visitou três vezes a África, conhecendo mais de dez países e abrindo, inclusive, novos postos diplomáticos (PAIVA, 2007).

Nesse período a política externa brasileira foi na sua maioria realizada com forte presença presidencial e diversas nações começaram a manifestar-se e deixar clara a sua posição em relação ao pedido brasileiro. Na ocasião, o Reino Unido manifestou o seu apoio a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando o Presidente Lula participava da Cúpula da Governança Progressista em Londres a convite do Primeiro-Ministro Tony Blair; A França mais tarde, também manifestou o mesmo pensamento; O Primeiro-Ministro do Japão discutiu com o Presidente Lula a agenda bilateral e ampliação do CSNU; Foi criado o G-4 pela Alemanha, Brasil, Índia e Japão para impulsionar a reforma; e o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, afirmou que o Brasil era um "sólido candidato" ao Conselho de Segurança.

5.2.2 *Segundo mandato Lula 2007-2010*

Em seu segundo governo, o Presidente Lula continuou a confirmar a forte esperança brasileira para conquistar o assento como membro permanente do Conselho de Segurança. Aproveitou assim, as alianças formadas como o G-4 e as aproximações realizadas no mandato anterior com os países africanos, para apoiar seus argumentos ao pleito brasileiro.

> Brasil, Alemanha, Índia e Japão, baseados no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado, apoiam suas candidaturas de forma recíproca. A África deverá estar representada entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Trabalharemos coletivamente para, junto com outros Estados-membros, realizar uma reforma significativa das Nações Unidas, incluindo a do Conselho de Segurança. (FUNAG, 2007, p. 199)

Nesse novo período observa-se também a mudança de estratégia por parte da diplomacia brasileira na busca das reformas dentro da ONU. Sabendo-se da dificuldade dentro da entidade de conseguir-se uma maior influência para passar à frente a reforma, devido à forte presença do P-5 dentro da entidade, o governo brasileiro começou a aumentar a presença

do Brasil dentro da organização através da participação de reformas de outros organismos das nas Nações Unidas e o incentivo a criação de outros organismos como foi a participação nas negociações para a criação da Comissão de Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos. Ao analisar a fala do então Presidente do Brasil em uma entrevista, fica-se perceptível a ideia de começar a propor e apoiar as reformas dentro de outros setores da organização, aumentando a presença e influência brasileira na entidade e proporcionando maior legitimidade nas Nações Unidas. Essa nova estratégia visava proporcionar a diminuição da atuação das grandes potências sobre os outros países menores, acarretando numa maior independência das pequenas nações para tomada dos votos durante as sessões da Assembleia Geral e nos outros órgãos da ONU, além de fornecer uma maior credibilidade as decisões tomadas.

> [...] O Brasil está brigando para que a gente faça uma reforma profunda na ONU. A ONU já completou 60 anos, o mundo e os conflitos para os quais ela foi criada não existem mais ou pelo menos na proporção que justificou a criação da ONU. E a ONU precisa levar em conta a nova geopolítica. Acabou a bipolaridade, acabou a Guerra Fria, a democracia está se consolidando em muitos países. Então, o que nós queremos? Que a ONU seja mais representativa, que ela possa representar mais condignamente o que é o mundo político de hoje e não apenas o Conselho de Segurança. O Conselho Segurança é um rito, mas o ECOSOC também, que discute a questão econômica, precisa mudar. Nós precisamos dotar a ONU de instrumentos que lhe deem credibilidade para tomar decisões. (FUNAG, 2007, p.194)

Além dessa nova estratégia traçada, o governo brasileiro continuou a argumentar sobre a disposição em que o Brasil assumiu claramente em agir em nível global a fim de contribuir para a paz e a segurança internacional com a sua entrada como membro permanente do CSNU. A credencial brasileira para ocupar o cargo estaria baseada, como disse o Presidente Lula à Agência Interfax em Moscou, no dia 18 de julho de 2006 "[...] na longa tradição em prol da solução pacífica dos conflitos e da observância do direito internacional e nossa atuação na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento, que constituem a maioria da comunidade internacional". Para o Presidente, a participação do país na Missão de Manutenção da Paz da ONU no Haiti, onde o Brasil iniciara a época a mobilização das tropas no território haitiano, mostrando assim a disposição brasileira em colaborar ativamente, inclusive com tropas em solo, no processo de segurança internacional, somada a liderança brasileira no continente sul-americano "[...] por ser o maior país da América do Sul e da América Latina, por ser um país de maior número de habitantes, o país de maior extensão territorial [...] (apud FUNAG, 2007, p.194) constituíam os argumentos centrais que subsidiavam a petição brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

5.2.3 *Governo Dilma 2011-2016*

Após vencer a eleição contra a oposição, o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu dar prosseguimento ao seu programa de governo com Dilma Rousseff. A sucessora de Lula assumiu o comando do executivo com a missão de continuar os projetos alicerçados no governo anterior, onde um dos programas era o de projetar o Brasil no cenário internacional. Entre as várias estratégias abordadas no mandato anterior, a busca pela maior representatividade do Brasil no CSNU foi uma delas. Através dos esforços presidenciais e diplomáticos, o governo brasileiro conseguiu projetar no mundo a imagem brasileira e formar alianças importantes para que o sonhado assento permanente no Conselho se tornasse um sonho alcançável.

Apesar do projeto do pleito permanecesse o mesmo, a forma política com que a nova Presidente do país o conduziu mudou. A figura do "Chanceler Presidente" terminou com o ex-Presidente Lula, Dilma continuou a declarar abertamente, assim como fazia o antigo Presidente brasileiro, que a ONU precisava ser reformada e o Brasil deveria ocupar um lugar de maior destaque dentro do Conselho de Segurança. Em Nova York (EUA), a Presidente Dilma, após participar de uma reunião com líderes do Japão, Alemanha e Índia, declarou: "A reforma do Conselho de Segurança da ONU permanece como a principal questão pendente na agenda da ONU. Nós precisamos de um conselho que reflita adequadamente a nova correlação de forças mundial" (reportagem G1). Porém, a nova chefe do executivo não dispunha do mesmo carisma e aproximação com os líderes internacionais do que o ex-Presidente Lula. Isso mudou um pouco as relações de negociação, pois a figura do chefe de governo que tomava toda a frente nas tratativas para a formação de alianças não existia mais, passou a caber ao Itamaraty (sede do Ministério das Relações Exteriores) a principal tarefa de negociação e argumentação nas tribunas internacionais.

Contudo os esforços continuaram direcionados ao objetivo da conquista do assento permanente e em face ao novo cenário de instabilidade internacional o governo trouxe novas argumentações ao pleito brasileiro. O conflito na Síria expôs esse alarmante quadro de insegurança internacional, pois duas grandes potências – EUA e Rússia – disputam dentro do território sua área de influência. Os dois países por serem membros do P-5 paralisam toda a discussão dentro do Conselho de Segurança, pois graças ao poder de veto que os dois países possuem por serem membros permanentes impedem que soluções rápidas e coerentes com a situação sejam tomadas para o encerramento da Guerra Civil. Isso impede o bom funcionamento do órgão e demonstra ainda mais a necessidade imperativa da reforma na entidade. Pois uma disputa como essa envolve diversos problemas, como a crise de refugiados

que afeta a Europa, Norte da África, Ásia central e o Oriente Médio, necessitando assim da presença de nações representantes dessas regiões em uma posição que permita a negociação e o veto – se for o caso – de medidas que não visam ajudar os países envolvidos diretamente e indiretamente na disputa.

5.2.4 *Resultados atingidos*

Observa-se até então a uniformidade com que o tema foi tratado pelos diversos governos que passaram na chefia do executivo. Mesmo com, por vezes, visões ideológicas diferentes, a ideia de conseguir-se um assento permanente no CSNU ultrapassou as disputas partidárias. Isso reforçou a ideia de que a reforma no CSNU é considerada um objetivo de Estado e não de governo e por tanto deve ser tratado da melhor forma possível, utilizando-se de todo recurso diplomático disponível e procurando fazer alianças com países que além de compartilharem do mesmo ideal, possuam peso no cenário político internacional.

Essa foi a estratégia usada ao longo dos anos pelo Estado brasileiro, valendo-se da argumentação da necessidade de uma maior representatividade no organismo, o Brasil aliou-se a grandes nações que compactuavam da mesma aspiração de obter um assento permanente no Conselho de Segurança como é o caso da aliança formada entre a Alemanha, Brasil, Japão e Índia, o G-4. Dessa forma o país além de obter apoio internacional ao pleito, bloqueia uma possível entrada "solitária" desses países com o apoio de algum membro permanente já que um atendimento individual à algumas dessas nações é presumidamente difícil acontecer. Além disso, o governo procurou estreitar relações com os países africanos que são maioria na Assembleia Geral e possivelmente apoiaria a candidatura brasileira, pois o processo de aceitação de um novo membro permanente passará pela apreciação do órgão.

Malgrado os esforços do governo pouca coisa mudou na ONU. O que o Brasil conseguiu de mais concreto durante todo esse período de esforço diplomático e político foi o apoio internacional a sua candidatura. Países membros do P-5 como o Reino Unido e a França, manifestaram-se abertamente em favor da entrada do Estado brasileiro no órgão, além do apoio das nações que também buscam os seus lugares permanentes na entidade. Apesar de representar um importante passo para a consolidação do objetivo, isso não muda o cenário atual de pouca representatividade do Conselho. Novos grupos de estudo dentro da Assembleia Geral não foram abertos para analisar o tema e não existe nenhuma previsão de agenda para discussão do pleito dentro da organização.

6. REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO DECORRENTES DOS ESFORÇOS NA BUSCA PELO ASSENTO PERMANENTE DAS NAÇÕES UNIDAS

O constante esforço nacional para se conseguir a cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas contou com exaustivo esforço diplomático e governamental.

Como já analisado e apresentado na pesquisa, os principais argumentos brasileiros para o pleito foram: a prerrogativa histórica brasileira datada da fundação da ONU, a atual falta de adequabilidade da formatação dos assentos permanentes do CSNU acarretando numa falta de representatividade das diversas regiões do globo e a falta de credibilidade que as decisões da entidade possuirão caso uma reforma não seja realizada.

Porém, alguns requisitos precisam ser preenchidos para que o Brasil possa ter base para manifestar seus argumentos, os principais são: Liderança regional e poderio bélico condizente com a reponsabilidade que o cargo de membro permanente impõe. Segundo o ex-Presidente Lula, o Brasil já possui essa liderança necessária e ações para promoção de uma maior integridade no continente sul-americano foram tomadas na última década para confirmar esse papel de chefia do país na América do Sul, mediando negociações entre países e promovendo o fortalecimento do Mercosul.

Precisando então, desenvolver as Forças Armadas para reequipa-las e elevar a capacidade operacional militar, foram estabelecidos diretrizes e projetos para as três Forças. As diretrizes e suas medidas de implantação foram consolidadas nos documentos elaborados pelo Ministério da Defesa, onde ficaram registradas as ações a serem tomadas para desenvolvimento no poderio militar brasileiro e por consequência sua Base Industrial de Defesa.

6.1 Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa brasileira

O CSNU por ser um órgão que trata diretamente de questões de segurança internacional, necessita de possuir meios bélicos que amparem suas decisões e para isso uma nação que deseja estar no exclusivo círculo dos países membros permanentes, precisa estar apta a fornecer condições bélicas para dissuadir qualquer questionamento as sanções impostas pela entidade. O Brasil veio de um período de retração na área de defesa, após ocupar a nona posição no ranking dos maiores exportadores mundiais de produtos de defesa, entre os anos de 1985 e 1986, em produtos de baixo ou médio teor tecnológico, sofrendo com a desaceleração do mercado externo.

> As ilusões do início do período pós-guerra fria quanto à emergência de um mundo pacífico e estável, a redução dos orçamentos militares e a repentina disponibilidade de estoques de material bélico descomissionados da ex-URSS deprimiram o mercado global de armamentos, o que levou a um acelerado processo de reestruturação industrial do setor em escala mundial, com a concentração das indústrias de defesa em grandes conglomerados. Como consequência, o comércio internacional de equipamentos de defesa, após um pico de US$ 46,4 bilhões transacionados em 1982, reduziu-se para US$ 17,9 bilhões em 2002. O Brasil não

> poderia ter ficado imune a esse processo. Grandes projetos como o avião de caça AMX e o carro de combate Engesa EE-T1 Osório, não obstante seus reconhecidos méritos técnicos, revelaram-se grandes decepções comerciais, em boa medida em função da retração do mercado de defesa à época, tanto interno quanto internacional. (Soares, 2015, p. 49)

No entanto, o início do século XXI trouxe novas perspectivas ao cenário industrial de defesa brasileiro. A fim de tornar essa área da indústria compatível como o novo papel que o Brasil vinha buscando no cenário internacional, iniciou-se um processo de reaparelhamento das Forças Armadas e desenvolvimento de um sistema jurídico, regulatório e tributário para BID.

> O arcabouço jurídico, regulatório e tributário para o trato das questões ligadas à BID foi ampliado e atualizado, com significativos estímulos ao desenvolvimento da produção e da exportação de produtos de defesa. Ponto de inflexão no modo como o Brasil trata a indústria de defesa foi a sanção, pela Presidenta Dilma Rousseff, em março de 2012, da Lei 12.598, marco legal para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos de defesa no País. Além de instituir um marco regulatório para o setor, o instrumento legal estabeleceu um regime de desoneração tributária ("Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa"- RETID) de forma a diminuir o custo de produção de empresas legalmente classificadas como estratégicas e estabelece incentivos ao desenvolvimento de tecnologias indispensáveis ao Brasil. (...) O quadro de estímulo ao fortalecimento da BID completa-se com o Programa de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), previsto na END, e que reunirá as ações planejadas pelo Ministério da Defesa, incluindo a harmonização dos projetos das Forças Armadas; a recuperação da capacidade operacional; pesquisa, desenvolvimento e ensino; transferência de tecnologia e aquisição de equipamentos, ampliando a eficiência e diminuindo custos. (Soares, 2015, p. 50)

Com isso, os projetos estratégicos previstos nos documentos elaborados pelo Ministério da Defesa puderam ser efetivamente implementados, buscando o desenvolvimento bélico nacional e aproximando o país dos requisitos mínimos "impostos" pelos membros permanentes do Conselho de Segurança.

6.2 Documentos do Ministério da Defesa

Criados na intenção de orientar o emprego dos esforços governamentais e dos recursos públicos no desenvolvimento da estrutura de defesa do país, os documentos de defesa são as principais fontes para elucidar os direcionamentos da política de defesa do Brasil. Tais documentos vieram a ratificar as ações brasileiras durante os anos anteriores na busca de uma maior expressão brasileira no cenário internacional, assim como retificar as ações estratégicas nacionais para buscar o desenvolvimento bélico das Forças Armadas e a mentalidade de defesa nacional, necessários para o crescimento constante e justificado de investimentos na área.

6.2.1 *Política Nacional de Defesa (PND)*

Todos os esforços realizados pelo governo brasileiro ao longo dos anos em busca da inserção do país no cenário político decisório internacional, ficariam sem alicerces se não estivessem alinhados com uma estratégia política externa prevista em documentos oficiais. As argumentações até então utilizadas, poderiam ser alvos de questionamentos motivados pela crença de que tais seriam na verdade objetivos político-partidários, não representando os interesses do Estado que se perpetuariam ao longo dos anos. Isso traria diversos problemas quanto a credibilidade das alegações e dificultaria o processo de aceitação e apoio internacional ao pleito brasileiro à entrada do país no *hall* das nações que possuem os assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, pois, como já apresentado no trabalho, o processo é complexo e depende de alianças e apoios de diversos países.

Tais alianças proporcionam a formação de pactos multilaterais realizados entre as nações que dependem de um compromisso futuro assegurado por uma política externa convergente, pois assim é dada uma maior segurança para se firmar os acordos e manifestar os apoios conjuntos no cenário internacional.

A fim de preencher essa lacuna existente entre a manifestação do pleito nacional quanto às aspirações nos órgãos de deliberação internacional e o registro de tais argumentações indicando um direcionamento permanente e futuro em documentos oficiais, foi criada a Política Nacional de Defesa. Em seu conteúdo ficou registrado o pensamento do Estado brasileiro em relação a diversos assuntos de interesse estratégico da defesa nacional, passando por temas como meio ambiente, segurança marítima, combate ao terrorismo, órgãos de segurança internacional entre outros, o documento deixa claro a visão brasileira e permite que outros países tenham acesso ao que pensa o país sobre os mais diversos temas.

O documento elaborado pelo Ministério da Defesa (MD) apresenta claramente a visão brasileira em relação a necessidade de reforma nos organismos internacionais, confirmando a posição já tomada, até então, por parte dos sucessivos governos.

> O Brasil defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações. Nesse sentido, defende a reforma das instâncias decisórias internacionais, de modo a torna-las mais legítimas, representativas e eficazes, fortalecendo o multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e os instrumentos para a solução pacífica de controvérsias. (PND, 2012)

Além de registrar a posição brasileira em relação aos sistemas decisórios internacionais, o escrito traz em seu corpo o direcionamento e a motivação da política de reestruturação das Forças Armadas a fim de atender as necessidades do emprego em operações. Segundo a Política Nacional de Defesa "O Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU." (PND, 2012).

Dessa forma, a elaboração da PND representou um marco positivo à posição do Brasil no cenário internacional, pois seus objetivos ficaram claros e registrados oficialmente para todas as nações terem acesso, aumentando a credibilidade das aspirações nacionais e ao mesmo fornecendo as justificativas necessárias para o investimento no setor de defesa nacional.

6.2.2 *Estratégia Nacional de Defesa (END)*

Enquanto a PND traça o direcionamento e o pensamento do Estado brasileiro nos mais diferentes temas ligados a defesa nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END) traz a orientação e as medidas de implementação da Política Nacional de Defesa.

O documento busca tornar possível a independência brasileira no cenário mundial através da soberania adquirida pelo desenvolvimento das Forças Armadas e dos sistemas de defesa que protegem o Brasil de ameaças externas. Como o próprio documento aponta: "Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento" (END, 2012)

A END apresenta em sua primeira parte as diretrizes a serem obedecidas, os eixos estruturantes da estratégia de defesa, os objetivos estratégicos das FA e a definição dos setores estratégicos do país, além de abordar sobre a o desenvolvimento e reorganização da BID e a importância do serviço militar obrigatório. As diretrizes a serem seguidas são aquelas previstas na PND. Os eixos estruturantes definidos para que as diretrizes sejam atendidas são três: o primeiro eixo está relacionado às FA, onde é abordado como devem estar organizadas e como deverá funcionar o processo de preparo e capacitação profissional para melhor adequação do emprego dos militares nas suas futuras missões. O segundo eixo refere-se ao ajuste da Base Industrial de Defesa, onde visa permitir a adequação dos recursos tecnológicos as novas situações encontradas ao campo de batalha. O terceiro eixo trata da composição dos efetivos e da sua importância para formação de uma reserva mobilizável para o MB, EB e FAB. Nos objetivos estratégicos são abordadas as atividades a serem realizadas por cada força

e no que os seus esforços deveram estar focados. O documento também define quais deverão ser os setores estratégicos do país e responsabiliza quais forças deverão tomar parte para sua execução.

Na segunda parte o documento traz as medidas de aplicação a serem adotadas, as hipóteses de emprego, a estruturação das FA para atender as necessidades do país e as ações estratégicas a serem adotadas nas mais variadas situações: Mobilização, Logística, Comando e Controle, Doutrina, Operações internacionais, Base Industrial de Defesa e etc.

A documentação elaborada pelo Ministério da Defesa traça uma grande mudança na estrutura operacional do Exército Brasileiro. Os escritos direcionam a Força no caminho de restruturação dos seus processos e recuperação da sua capacidade operacional, itens de grande relevância para o país que tem como aspiração o ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança. Além de abordar os aspectos que visam a defesa no território nacional, a END traz entendimentos sobre a importância do desenvolvimento do Exército para um possível cenário de emprego internacional sob comando ou não da ONU. Segundo o documento a END deverá estar pautada sobre as seguintes diretrizes: "[...] Mobilidade estratégica – entendida como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito – reforçada pela mobilidade tática – entendida como aptidão para se mover dentro daquela região [...]" (END, 2012). Dessa forma, a tropa deverá estar pronta para atuar o mais rápido possível e para isso deverá estar permanentemente adestrada; "Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio a política exterior do Brasil." "[...] as forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região [...]". Assim, os militares deveram preparar-se para atuar em operações não só de defesa externa, e sim em qualquer conflito internacional de apoio a política externa nacional, podendo ser sob a égide da ONU ou não; "Capacitar a Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa". A END também traz uma importante diretriz que demonstra a preocupação clara do país em aumentar sua capacidade de projeção, aproximando-se dos requisitos bélicos "impostos" pelo P-5.

> O Exército deverá ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força, quer expedicionária, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior. (END, 2012)

Na Estratégia de Defesa também ficou dividido os setores estratégicos importantes dentro desse novo cenário em que o Brasil está introduzido. Dentro dos três setores elaborados – espacial, cibernético e nuclear – o Exército ficou responsável pelo

desenvolvimento do setor cibernético. A responsabilidade condicionou a capacitação dos recursos humanos no mais alto nível e o desenvolvimento da infraestrutura e doutrina adequada para elaboração do setor cibernético no país.

6.2.3 *Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)*

Com a modificação da Lei Complementar 136/2010 pela Lei Complementar 97/1999 tornou-se obrigatório a apresentação ao Congresso Nacional por parte do Poder Executivo, o Livro Branco de Defesa Nacional durante a primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012. Tal documento veio a somar com o desenvolvimento da discussão no âmbito parlamentar, acadêmico e social dos temas de defesa nacional juntamente com a PND e a END, criando um importante ponto esclarecedor sobre as atividades realizadas pelo Estado brasileiro em relação a defesa do Brasil. (LBDN, 2012)

O desenvolvimento das FA ao longo dos anos, consequente também, do alinhamento com a política externa de maior presença do país no cenário internacional, obrigou o Brasil a criar condições dissuasórias de força militar. A capacidade adquirida pelas FA em projetar poder além das fronteiras causa incialmente muita insegurança nas Nações que possuem contato direto com o país. Essa insegurança é alimentada muitas vezes por uma falha na interpretação do modo de como os objetivos, os investimentos e as ações estão ocorrendo. Esses enganos podem gerar problemas diplomáticos entre as nações e em alguns casos conflitos armados que depois de iniciados, custam vidas e um grande montante de recursos públicos para serem finalizados (LBDN, 2012).

O LBDN representa uma referência para o esclarecimento dessas ações do governo brasileiro na matéria de defesa nacional e permite o compartilhamento das percepções dos interesses nacionais com outras nações. O livro está estruturado em torno do esclarecimento sobre o ambiente estratégico em que está inserido o Brasil, a estruturação organizacional do Ministério da Defesa, o contexto em que as Forças Armadas foram e são empregadas, as transformações em curso para modernização em adequação dos meio e processos de combate para o novo cenário internacional em que o país está inserido, e a organização orçamentária para a realização das mudanças propostas.

A respeito do Exército Brasileiro o livro traz as importantes mudanças a serem realizadas para a adequação da Força ao novo status que o país busca.

> Em sintonia com as lições aprendidas das guerras contemporâneas e as tendências dos conflitos do futuro, o Exército desenvolve o seu preparo com base em

> capacidades, pois estas fornecem à Instituição ferramentas para responder, com efetividade aos desafios difusos que o porvir apresentará. (LBDN, 2012)

Apresenta também as competências necessárias para o Exército:

> As novas capacidades consideradas prioritárias para consolidação do Exército são:
> - Dissuasão terrestre compatível com o status do País;
> - Projeção internacional do Exército em apoio à política exterior do Brasil;
> - Atuação no espaço cibernético com liberdade de ação;
> - Prontidão logística da Força Terrestre;
> - Interoperabilidade (com as demais Forças Singulares) e complementaridade (com outros órgãos e agências);
> - Gestão integrada em todos os níveis;
> - Efetividade da doutrina militar;
> - Maior ênfase na dimensão humana;
> - Fluxo orçamentário adequado;
> - Produtos de defesa vinculados às capacidades operacionais; e
> - Gestão sistêmica da informação operacional. (LBDN, 2012)

A previsão dessas mudanças no Livro Branco mostra a importância que está sendo dada ao processo de adequação dos padrões bélicos do Exército ao momento atual em que vive o Brasil, além de assegurar os investimentos futuros na área. Dessa forma o Exército foi capaz de desenvolver os seus projetos estratégicos com maior segurança para atingir os objetivos propostos nos documentos de defesa.

6.3 Projetos Estratégicos do Exército

> O Exército tem buscado modernizar seus equipamentos e armamentos, bem como a proficiência de seus integrantes. Para atender às demandas estratégicas, constatou-se a necessidade de que o Exército não apenas se adapte e modernize, mas adote o conceito de transformação. (LBDN, 2012)

Como dito no Livro Branco de Defesa Nacional, o Exército, a fim de assegurar a obtenção dos objetivos de modernização propostos, sentiu a necessidade de desenvolver estratégias para melhor elaborar, executar e monitorar os planos de mudanças na estrutura organizacional, material e de emprego da Força.

As estratégias desenvolvidas foram consolidadas na Estratégia Braço Forte (EBF). A EBF está estruturada com o Plano de Articulação e do Plano de Equipamento que tratam da alocação de efetivos para atender a concepção estratégica de emprego, presença e dissuasão. O Plano de Articulação prevê os programas “Amazônia Protegida” e o “Sentinela da Pátria”, e o Plano de Equipamento está composto dos programas de “Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro” (LBDN, 2012)

> Estes planos estão alinhados com o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Portanto, a EBF contempla os seguintes programas:
>
> - Programa Amazônia Protegida – conjunto de projetos voltados para o fortalecimento para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos pelotões especiais de fronteira, além da modernização dos existentes. (...) o Exército prevê a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) (...);
> - Programa Sentinela da Pátria – prevê a reorganização, a adequação e, principalmente, a integralidade das estruturas logísticas e operacionais dos comandos militares de área. (...);
> - Programa Mobilidade Estratégica – destina-se a atender às necessidades de reposição, completude e modernização de material para melhorar a mobilidade, a flexibilidade e a interoperabilidade com as demais Forças Armadas; e
> - Programa Combatente Brasileiro (COBRA) – compreende os projetos dedicados à pesquisa e desenvolvimento de produtos de Defesa com estruturas do Exército e da Base Industrial de Defesa, sendo priorizada a progressiva nacionalização e as aquisições no mercado interno. (LBDN, 2012)

Dentro desses programas, foram estabelecidos diversos projetos onde se destacam: Defesa Cibernética, SISFRON, PROTEGER (Sistema de Proteção de Estruturas Estratégicas), GUARANI (Nova família de Blindados sobre rodas), ASTROS 2020 (Desenvolvimento de um Lançador Múltiplo de Foguete - LMF-), Defesa Antiaérea e o RECOP (Recuperação da Capacidade Operacional).

O projeto de desenvolvimento da Defesa Cibernética caminha na direção da importância dada ao setor pela END que definiu como um dos setores de importância estratégica para a Defesa Nacional. O desenvolvimento do projeto permitiu a criação de unidades voltadas ao estudo e desenvolvimento de doutrina, assim como a capacitação de pessoal para operar os novos equipamentos adquiridos para o setor, também permitiu a incluir "o Exército Brasileiro no restrito grupo de organizações nacionais e internacionais, que possuem a capacidade de desenvolver medidas de proteção e mitigação de ataques no campo cibernético".

O SIFRON compreende um sistema de monitoramento das fronteiras que aumenta a presença e a capacidade do Estado em controlar a faixa de fronteira do Brasil. A execução do programa permite o aumento da capacitação tecnológica, desenvolvimento da BID e a compra de equipamentos de alta tecnologia.

O programa PROTEGER compreende um complexo sistema de capacitação do EB para assumir a gerência das diversas operações na proteção da sociedade – atuação em casos de calamidade pública, ataques QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares), grandes eventos, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Garantia da Votação e Apuração (GVA).

Com vistas no objetivo de transformação das Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada, o Exército está executando o programa GUARANI. O projeto

permitiu a criação de uma VBTP (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal) nacional que possui versões para reconhecimento, transporte de pessoal, morteiro, socorro, posto de comando, central de tiro, oficina e ambulância e etc. A nova viatura está permitindo a substituição das antigas VBTP Urutu fabricadas pela antiga Engesa e a modernização do setor mecanização do Exército.

O projeto ASTROS 2020 está dotando a Força de uma artilharia com um apoio de fogo de longo alcance, alta precisão e danos. Compreende o desenvolvimento de uma plataforma de lançamento múltiplo de foguetes na versão MK-6, um míssil tático de cruzeiro com alcance de 300km, a construção de centros de capacitação de recursos humanos para operar os equipamentos e unidades militares com a infraestrutura adequada para se efetuar a operação do armamento.

O projeto de que envolve a defesa antiaérea visa reequipar as unidades de artilharia antiaérea do EB com novos armamentos e equipamentos que possam permitir o Brasil defender-se das ameaças oriundas de aeronaves, VANTs (Veículo Aéreo Não Tripulado) entre outros.

O RECOP engloba os mais diversos projetos pois visa dotar as unidades operacionais do Exército dos equipamentos necessários para o emprego efetivo nas diversas operações em que a Força é necessária. Dentro do projeto pode-se destacar o Projeto Combatente Brasileiro (COBRA) que tem por objetivo dotar o militar brasileiro de melhores meios para aumentar a sua proteção, letalidade, comunicação, sobrevivência, mobilidade e observação. Fruto da execução desse projeto o Exército já modernizou o seu fuzil – efetuando a troca dos antigos fuzis FAL e PARA-FAL calibre 7.62mm pelo novo fuzil nacional, desenvolvido pela fábrica de armamentos IMBEL, IA2 calibre 5,56mm – atendendo aos padrões internacionais do calibre que é utilizado pelos principais exércitos do mundo, e também já fez a troca de alguns itens do seu uniforme, adequando-o aos novos cenários de conflitos em que o Exército Brasileiro está atuando e poderá atuar.

6.4 Mudanças no sistema de ensino

A fim de alinhar o ensino do Exército Brasileiro com os novos projetos estratégicos desenvolvidos a partir das diretrizes traças nos documentos de defesa, as instituições encarregadas de formar os novos militares de carreira da força tiveram expressivas mudanças em sua estrutura.

Pode-se destacar o início da troca dos armamentos, inclusão de cadeiras de ensino voltadas para o estudo de defesa cibernética, relações internacionais, geopolítica, direito internacional e ética profissional militar – essa última voltada para aplicação dos direitos humanos na profissão. A utilização dos novos blindados nas manobras escolares e a execução de estágios para capacitação dos discentes no emprego desses novos produtos de defesa também são exemplos das mudanças ocorridas nas unidades de ensino do EB.

Logo, percebe-se que mudanças significativas ocorreram dentro da Força, alcançando inclusive os estabelecimentos de ensino. As mudanças em tais instituições são de grande importância, pois permitem capacitar os militares já no seu período de formação e dessa forma alinhar a concepção dos discentes e as técnicas empregas nas operações com as doutrinas vigentes sob a nova ótica estabelecida nos documentos de defesa.

7. SOCIEDADE E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO DE DEFESA NACIONAL

Apesar da confecção dos documentos de defesa que consolidam o pensamento da política interna e externa nacional e do desenvolvimento dos projetos estratégicos por parte do Exército Brasileiro, o emprego de recursos públicos para execução dos planos desenvolvidos pela Força são alvos de constante questionamento e contingenciamento.

As justificativas são muitas, porém fica-se evidente que boa parte das dúvidas lançadas sobre a destinação de verba pública para o desenvolvimento dos projetos são graças a falta de um pensamento de Defesa Nacional na sociedade. Essa ótica é muito importante e é alvo do dos documentos elaborados pelo Ministério da Defesa.

A PND descreve a importância de se "assegurar continuidade e previsibilidade na alocação de recursos para permitir o preparo e o equipamento adequado das Forças Armadas" e para isso defende a permanência do serviço militar obrigatório. Segundo a PND o "Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação de cidadãos na Defesa Nacional e contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira" (PND, 2012).

A END também estabeleceu a importância da inserção da mentalidade de defesa na sociedade. Ela firma o dever do Ministério da Defesa em realizar ações que visem o incremento de uma política de comunicação social voltada para a promoção de um pensamento de Defesa Nacional nos brasileiros.

> Incrementar a mentalidade de defesa no País. O Ministério da Defesa deverá promover ações visando divulgar as medidas implementadas como fator de esclarecimento e convencimento de decisões e da opinião pública sobre os assuntos de defesa. A Comunicação Social revela-se como imprescindível instrumento de apoio à decisão nos diversos níveis de planejamento político, estratégico, operacional e tático. (END, 2012)

O Livro Branco de Defesa aborda o tema apresentando as medidas a serem desenvolvidas para a promoção de política, para isso apresenta as instituições que estão diretamente ligadas com a divulgação em âmbito acadêmico dessa mentalidade a ser desenvolvida. Indica também a implantação do Instituto Pandiá Calógera (IPC), uma instituição civil que visa o desenvolvimento de estudos ligados à área bem como a promoção do tema na sociedade brasileira.

> O IPC, em processo de implantação, será uma instituição civil, diretamente ligada ao Ministro da Defesa, e funcionará como um polo de estudos e pesquisas estratégicas de Defesa Nacional, articulando as iniciativas civis e militares com a finalidade de desenvolver estudos que atendam às demandas por soluções de médio e longo prazos para o Ministério da Defesa. Na esfera acadêmica e por meio de um ambiente propício à observação dos fenômenos do poder e da estratégia no mundo o IPC pretende:

> - Promover e participar de eventos sobre a temática da Defesa, contribuindo para a formulação de um autêntico pensamento brasileiro nesta área. Estimular a integração com o meio acadêmico;
> - (...)
> - Realizar estudos, pesquisas e projetos que contribuam para a formulação e o conhecimento de novos paradigmas do pensamento e da ação, no âmbito da Defesa Nacional. (LBDN, 2012)

A partir das ações traçadas o governo brasileiro imagina que poderá desenvolver a mentalidade de Defesa Nacional necessária para trazer a sociedade brasileira para o centro da discussão sobre o tema. Dessa forma poderá garantir o permanente e necessário investimento na área e o envolvimento dos brasileiros no permanente estudo e desenvolvimento de trabalhos que proporcionará avanços no campo.

CONCLUSÃO

No trabalho apresentado ficou-se claro o constante esforço brasileiro para ocupar posições importantes nos órgãos decisórios internacionais, em especial o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A presença brasileira nos órgãos de segurança coletiva que se sucederam deu-se graças a participação do Brasil nos conflitos mundiais que ocorreram no século passado, assim como a aliança com os EUA e a antiga e já proeminente posição de destaque na América do Sul.

A empreitada iniciou-se no embrião da ONU, A Liga das Nações. Com o final da Primeira Guerra Mundial e a consolidação do pensamento voltado para o estabelecimento da paz no sistema internacional, surge a intenção de criar uma organização que congregasse as nações vencedoras e derrotas no conflito, com vistas a sancionar os países causadores da Guerra e estabelecer uma situação reconciliadora para evitar um novo conflito armado em escala global. Cria-se então a Liga das Nações e seus organismos que visam auxilia-la na execução de uma política internacional de segurança coletiva.

O Conselho Executivo surge então como órgão deliberativo com membros divididos em permanentes e não permanentes. A missão da entidade seria a de decidir o emprego de tropas a mando da Liga das Nações e a aplicação de sanções à países que desrespeitasse os acordos firmados e pusesse o cenário de paz mundial em risco. O Brasil atuou como membro fundador do organismo e ocupou a posição de membro não permanente. Com a não ratificação por parte do Congresso americano do tratado que firmava a criação da entidade, os EUA, apesar de idealizador, não puderam fazer parte do organismo.

O cenário que se apresentava permitiu ao governo brasileiro alimentar o desejo de ocupar uma cadeira permanente no Conselho. Porém, ao ver o seu pleito colocado em segundo plano, o chefe do executivo decide sair da organização.

Sucessivos fracassos no Conselho Executivo em manter a paz mundial acontecem e um segundo conflito armada mundial deflagra-se. O Brasil apesar de se manter neutro incialmente, decide participar do conflito ao lado dos Aliados após ter suas embarcações atacadas por submarinos alemães. Já no final do conflito a ideia de criar-se um novo organismo de promoção e manutenção da paz mundial surge para ocupar a vacância deixada pelo fim da Liga das Nações.

O encerramento da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados permitiu consolidar a ideia inicial e um novo organismo é estabelecido, dessa vez sob o nome de Organização das Nações Unidas. Da mesma forma que seu antecessor, diversos organismos surgem dentro da sua estrutura para auxiliar na sua tarefa de promoção da paz ao mundo. Dessa vez o órgão

encarregado de coordenar as ações militares e o emprego de sanções aos Estados membros da ONU é o Conselho de Segurança.

O Brasil, semelhante ao processo que aconteceu na Liga das Nações, aparece como membro fundador e um candidato a vaga como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Porém a história se repete e o país fica fora das cadeiras permanentes, ocupando um assento não permanente no organismo.

Da mesma forma que em seu antecessor, a formação do CSNU e da composição dos membros permanentes fica entorno das grandes potências e seus aliados diretos. Com isso, dúvidas quanto a representatividade e legitimidade do Conselho são colocadas em questão e um intenso cenário de reforma na organização é colocado pelas nações que não foram contempladas pelo assento permanente.

O governo brasileiro inicia um intenso processo de formação de alianças e divulgação de suas intenções em prol de uma reforma que permita-lhe ingressar no quadro dos membros permanentes do Conselho. Como visto no trabalho, o processo é extremamente complexo e envolve o entendimento de diversos países sobre o tema, além da evidente falta de interesse das grandes nações que compõe o P-5 em iniciar um processo de adição de novos membros que naturalmente irá diminuir a influência desses países no processo decisório.

Contudo apenas esforços diplomáticos não são suficientes para que se consiga a sonhada vaga permanente no Conselho. O P-5 possui um poderio bélico diferenciado das nações que compõe o Conselho de Segurança, graças a um permanente investimento na área e uma mentalidade de Defesa consolidada na sociedade desses países. Isso fornece ao CSNU a dissuasão necessária para oferecer às suas decisões a força para que sejam cumpridas as sanções estabelecidas pelo órgão.

Por isso as nações que pleiteiam uma posição tão importante na entidade, precisam possuir a capacidade bélica mínima exigida por esse exclusivo clube de países. O Brasil então, aliado as suas ações diplomáticas, iniciou um processo de restruturação interna de suas Forças Armadas e dos mecanismos necessários para manutenção da soberania nacional no cenário político internacional. A partir dessa concepção de necessidade de adequação dos meios de combate e da intenção de tornar mais transparente a visão estratégica brasileira sobre os mais variados temas, o governo brasileiro produziu através do Ministério da Defesa diversos documentos denominados: Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Estes escrito trazem em seu corpo as diversas estratégias traçadas para o alcance dos objetivos nacionais nas mais variadas matérias.

Por consequência, o Exército Brasileiro sentiu necessidade de elaborar planos estratégicos que atendesse o direcionamento da Política de Defesa estabelecida pelo Estado brasileiro. Os Projetos Estratégicos, como foram denominados tais planos, estabeleceram ações diretas para o desenvolvimento da capacidade operativa da Força Terrestre, assim como aceleração da Base Industrial de Defesa.

Através da execução dos mais diversos projetos estratégicos, a Força Terrestre experimentou diversas mudanças na sua estrutura para adequar a tropa a nova realidade do combate e ao novo cenário internacional em que o Brasil pretende inserir-se. Logo, mudanças no armamento, no fardamento, na família de blindados, na estrutura e denominação de determinadas Brigadas, nos equipamentos de defesa e no sistema de ensino foram introduzidas. A capacitação dos militares para operar os novos produtos de defesa adquiridos e desenvolvidos também foi alvo dessas mudanças. O cenário permitiu ao Exército presenciar modificações nos mais diferentes níveis de sua organização e aproximou a Força do novo patamar exigido para o Brasil.

Aliado a isso, o governo brasileiro também concentrou esforços para promoção de uma cultura de Defesa Nacional. Esse importante aspecto as vezes ignorado, proporcionará ao chefe do executivo a tranquilidade para o contínuo emprego de recursos públicos na área, assim como proporcionará ao Comandante do Exército a certeza de que a receita necessária para manutenção dos projetos que não são imediatos e necessitam de investimento contínuo, não serão afetados por pressão da opinião pública quanto a prioridade de emprego desses recursos.

Portanto, conclui-se que os esforços desprendidos pelo governo brasileiro na busca do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU trouxeram mudanças significativas na estrutura e nos meios de combate utilizados pelo Exército brasileiro, demonstrando a importância do estudo do tema na área acadêmica para promoção de um pensamento social em torno do tema da Defesa Nacional na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL - IV CNPEPI "O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ", 4., 2009, Rio de Janeiro. **Reforma da ONU**... Brasília: FUNAG, 2010.

AMAN**,** Cadeira de Relações Internacionais**.** Apostila de Relações Internacionais **AMAN.** Resende: Editora Acadêmica, 2016.

BARACUHY, Braz. **Vencer ao Perder: A Natureza da Diplomacia Brasileira na Crise da Liga das Nações (1926)**. 2003. 1 f. Dissertação (Mestrado em diplomacia) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BRASIL**. Estratégia Nacional de Defesa**, Dec. Lei nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Brasília 2012.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010. Brasília, 2012.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**, Dec. Lei nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Brasília, 2012.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco: [s.n.], 1945.

CORRÊA, Luiz Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas**: 1946 - 2006. Brasília: FUNAG, 2007.

CRUZ, José Humberto (Org.). **Cadernos de Política Exterior**. 1ª. ed. Brasília: FUNAG,2015.

FONTOURA, Paulo Tarrisse; MORAES, Maria Escorel; UZIEL, Eduardo (Org.). **O Brasil e as Nações Unidas 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2013.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao Estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015.

PAIVA, Eliane Miranda (Org.). **Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003 - 2006)**. Brasília: FUNAG, 2007.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar (Org.). **Política Externa Brasileira**: Discursos, Artigos e Entrevistas. Janeiro a agosto de 2013. ed. Brasília: FUNAG, 2016. v. 2

TRENDS WORLD MILITARY EXPENDITURE 2016, SIPRI. **Gastos Militares no Mundo**. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/25501/SIPRI---Gastos-Militares-no-Mundo---2016/>. Acesso em: 24 maio 2017

BRASIL. **Defesa Cibernética**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-cibernetica/defesa-cibernetica>. Acesso em: 16 jun. 2017

BRASIL. **Sisfron**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Proteger**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Guarani**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Astros 2020**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros-2020>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Defesa Antiaérea**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Projetos Estratégicos**. Disponível em: <http://www.adesg.net.br/noticias/projetos-estrategicos-do-exercito>. Acesso em:16 jun. 2017.